



Parecer sobre Reconhecimento, Proteção e Valorização do Barranquenho

(Projeto de Lei n.º 708/XVI)
(Projeto de Lei n.º 800/XIV/2.^a)

Autora: Doutora Vera Ferreira
Data: 12.11.2021

Nota Introdutória

O parecer sobre o reconhecimento, proteção e valorização do Barranquenho que aqui se apresenta tem por base uma análise quer dos projetos de lei n.º 708/XVI e n.º 800/XIV/2.^a, quer do Barranquenho enquanto variedade linguística ameaçada falada em Barrancos, Portugal.

Existem no mundo cerca de 7000 línguas; dessas, 2500 têm a sua existência ameaçada e o processo de extinção, apesar de não ser um fenómeno novo, avança rapidamente. O desaparecimento de uma língua representa muito mais do que mero desaparecimento de um sistema de sons, palavras e regras morfossintáticas. Sendo a língua (oral ou gestual) a forma primordial de interação com o mundo, de expressão de estados e emoções, de transmissão de conhecimento, o desaparecimento de uma língua, independentemente do seu maior ou menor poder social, político e económico, representa sempre a perda de algo que nos identifica e individualiza enquanto seres humanos e sociedade.

É neste contexto que a linguística documental vê a sua tarefa primordial – documentar de forma multimédia as práticas comunicativas representativas de comunidades cujas variedades linguísticas estão ameaçadas ou eram até então desconhecidas. Essa documentação tem de ser feita dentro dos contextos naturais de utilização dessas mesmas línguas e culminar na criação de corpora multimédia de dados primários, devidamente anotados e arquivados para as gerações futuras, tanto de falantes como de investigadores.

Olhando de perto para a distribuição geográfica da diversidade linguística a nível mundial, facilmente se constata que a Europa é, sem dúvida, o continente com menor diversidade linguística. Contudo, este facto não é intrínseco a esta área geográfica, mas sim o resultado direto de políticas linguísticas que sempre deram primazia ao e fomentaram o monolinguismo – seguindo uma tradição resultante da Revolução Francesa de “Uma Nação, Uma Língua”. Esta atitude sociopolítica mas também académica contribuiu de forma determinante tanto para a desvalorização como para o desaparecimento de diversas línguas minoritárias autóctones no território europeu.



Ainda neste contexto, Portugal surge normalmente como exemplo de um país linguisticamente homogéneo, sendo o português o meio de comunicação por excelência. Contudo, se nos concentrarmos nos trabalhos linguísticos de índole mais dialetal (muitos deles desenvolvidos já por Leite de Vasconcelos e mais tarde por Lindley Cintra e pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), constatamos que esta conclusão é precipitada. Infelizmente, o estudo da área geolinguística de Portugal continua a ser rudimentar ou praticamente inexistente (principalmente de um ponto de vista da linguística documental), motivo também pelo qual várias realidades linguísticas nacionais continuam a ser erradamente classificadas de dialetos ou “falas” – conclusões resultantes da falta de dados empíricos (atuais) que permitam validar ou refutar verdades perpetuadas como absolutas.

Há, no entanto, em Portugal uma riqueza linguística desconhecida no seu pormenor e, salvo algumas iniciativas locais não orientadas linguisticamente, algumas destas variedades linguísticas relativamente afastadas do centro político e económico e geograficamente isoladas correm o risco de desaparecer, como é o caso do barranquenho.

O Barranquenho

Felizmente, e muito devido aos trabalhos exaustivos da Prof. Doutora Maria Victoria Navas, o barranquenho tem sido alvo de vários estudos linguísticos e sociolinguísticos nas últimas décadas, estudos esses que têm mostrado que o barranquenho é uma realidade linguística autónoma, única, distinta do português e do espanhol, apesar das suas ligações intrínsecas a estas duas línguas.

Apesar de se reconhecer a falta de dados empíricos multimédia que nos permitam fazer um retrato sincrónico da realidade linguística que o barranquenho representa atualmente, os dados existentes mostraram a necessidade de reclassificar o barranquenho, quer linguística quer politicamente - estamos perante uma língua e não um dialeto. Mais ainda, estamos perante uma língua que tem a sua existência ameaçada pela influência constante do português (língua exclusiva do ensino, administração, economia, comunicação social). Barranquenho, Português e Espanhol coabitam em Barrancos mas de forma desequilibrada, sendo o barranquenho relegado para o contexto familiar.

Apesar de o barranquenho ser a língua por excelência na casa de várias famílias, o dia-a-dia tem de ser “vivido” em português porque assim a administração, o mercado de trabalho, o ensino o obrigam. Esta redução dos contextos de utilização leva a um “enfraquecimento” da língua e das práticas socioculturais a ela associadas, facto que já podemos observar na comunidade barranquenha.

Esta tendência só poderá ser invertida com mais projetos de documentação e revitalização linguísticas de cariz comunitária, como o que está neste momento a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Barrancos e a Universidade de Évora, e acima de tudo com o reconhecimento e valorização do barranquenho a um nível político superior, tal como os dois projetos de lei apresentados o sugerem.



Conclusão

Perante a descrição apresentada, é urgente colocar o barranquenho nas escolas locais, com a formação adequada de professores e criação de materiais didáticos; é imperioso facilitar e incentivar a publicação literária e produção artística em barranquenho. É urgente valorizar o barranquenho enquanto exemplo de manifestação viva da diversidade humana.

A aprovação do reconhecimento, proteção e valorização do barranquenho terá também um valor simbólico a nível internacional, colocando Portugal na linha da frente, com medidas modelo, naquela que vai ser a Década das Línguas Indígenas (2022-2032) da UNESCO.

Vera Ferreira
(Diretora do Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social)